

## Duas propostas na área da saúde têm objetivos opostos

BRASÍLIA — A estatização e a manutenção dos serviços privados de saúde na futura Constituição foram propostas, simultaneamente, em duas emendas populares. A emenda que propõe a estatização proíbe a transferência de recursos públicos para investimento e custeio das instituições privadas do setor, estabelece a gratuidade desses serviços, e cria a Política Nacional de Saúde e o Sistema Único de Saúde. Já a emenda que propõe a manutenção dos serviços privados é sintética. Por ela, o Sistema Nacional de Saúde deverá respeitar os seguintes princípios: universalidade do atendimento, pluralismo dos sistemas médico-assistenciais, livre exercício profissional e livre opção do indivíduo entre o sistema estatal e o privado.

A emenda que estatiza os serviços de saúde foi proposta por 167 entidades e 54.133 eleitores. Entre as entidades, estão a CUT, CGT, Contag, Federação Nacional dos Médicos, 32 sindicatos de médicos e o Conselho Federal de Medicina. A emenda que defende a existência de serviços particulares de saúde é encabeçada pela Federação Nacional dos Estabelecimentos de Serviços de Saúde, Federação Brasileira de Hospitais, Associação Brasileira de Hospitais, Associação Brasileira de Medicina de Grupo e Instituto de Estudos Contemporâneos da Comunidade.

**Monopólio** — A mais extensa é a emenda que estatiza os serviços de saúde. Por ela, o Estado fica obrigado a promover condições dignas de trabalho, alimentação, moradia, educação, transporte, meio ambiente, repouso, lazer e segurança, reconhecendo o direito dos trabalhadores de controlar o ambiente de trabalho. O acesso aos serviços de saúde é considerado gratuito e as entidades representativas da população e dos profissionais de saúde participarão da organização e implantação da Política Nacional de Saúde. O poder público terá também o monopólio da importação de matéria-prima química, farmacêutica e da exploração da indústria do setor. União, estados e municípios deverão ainda aplicar 13% dos seus orçamentos nessa área. E a Previdência Social destinará 45% dos seus recursos para a saúde.

**Garantia** — A entrega das emendas teve também um caráter diferente. A emenda patrocinada pela CUT, CGT e federações e sindicatos de médicos foi entregue, às 16h, numa cerimônia tumultuada no Salão Verde da Câmara, ao deputado Ulysses Guimarães, que era chamado em coro de "puxa-saco de Sarney". Já a emenda apresentada pelos hospitais foi entregue discretamente pelos seus promotores, às 18h, no gabinete de Ulysses.

O secretário da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Serviços de Saúde, Chafic Farhat, disse que a emenda deve garantir "a existência dos sistemas público e privado, sem discriminar um ou outro". Segundo ele, a rede privada detém 75% dos leitos no país e atende a 85% das internações de responsabilidade do Inamps, "atuando com menores custos e maior eficiência que o Estado".

## Propaganda proibida vale CZ\$ 13 bilhões

As agências de publicidade brasileiras deixarão de movimentar 220 milhões de dólares — CZ\$ 13 bilhões — se for mantido na futura Constituição o artigo 404 do anteprojeto da Comissão de Sistematização proibindo a propaganda de remédios, cigarros, bebidas alcoólicas e agrotóxicos, disse o presidente da Associação Brasileira das Agências de Propaganda, Antônio Mafuz. Ele liderou o grupo de mais de 100 publicitários que passaram o dia no Congresso conversando com os constituintes para que seja suprimido o artigo.

Desde as primeiras fases de trabalho da Constituinte os donos de agências de propaganda têm procurado os parlamentares para pedir a revogação daquele dispositivo, com o apoio das associações das emissoras de rádio e TV, de jornais e revistas. A proibição da propaganda de cigarros, bebidas, remédios e agrotóxicos foi sugerida nas subcomissões da Saúde, das Minorias e na de Comunicação.

**Regulamentação** — "Estamos tentando evitar que o problema continue. Se é permitido produzir cigarros, bebidas alcoólicas, investir na produção de agrotóxicos, remédios, ou o seu uso, é inadmissível que aquele que produziu não possa informar à sociedade sobre o que fez" — disse Mafuz em entrevista coletiva.

O presidente da Associação Brasileira das Agências de Propaganda explicou que os publicitários querem a publicidade regulamentada por lei ordinária e que se impuseram restrições quando criaram o Conar — Conselho Nacional de Auto-regulamentação. Mafuz chegou a sugerir que se adotem no Brasil dispositivos que já são aplicados em outros países, como nos Estados Unidos, onde as cartelas de cigarros trazem impressa uma frase informando que o produto faz mal à saúde.

## Waldir lidera 400 mil pela unidade da Bahia

SALVADOR — Uma emenda popular com 400 mil assinaturas contra a divisão da Bahia para criação do estado de Santa Cruz será entregue às duas e meia da tarde, hoje, no gabinete do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, pelo governador Waldir Pires, cerca de 20 deputados estaduais de vários partidos, a bancada baiana e representantes da Associação Baiana de Imprensa, Associação Comercial, Federação das Indústrias, Federação dos Trabalhadores na Agricultura e Federação das Associações de Bairros de Salvador, entidades que patrocinaram a emenda.